

A norma que entrará em vigor a 7 de abril viola a garantia de respeito do caso julgado ao conferir eficácia retroativa à sentença de um tribunal da UE

O novo CPA e a garantia do caso julgado

Tânia Ferreira Osório

Entrará em vigor no dia 7 de abril o Novo Código de Procedimento Administrativo (NCPA), que vem alterar significativamente o regime do procedimento administrativo português vigente desde 1991.

O texto publicado em janeiro deste ano consagra inúmeras soluções e aperfeiçoamentos reclamados pela doutrina e jurisprudência nos últimos 20 anos, o que é, de facto, meritório e deve ser salientado. A forma como o NCPA estabelece algumas normas em matéria de revogação e anulação de atos administrativos causa, no entanto, alguma perplexidade.

Em particular, a consagração de uma norma que, pelo impacto que tem no ordenamento jurídico português, abala significativamente um conjunto de princípios jurídicos, designadamente constitucionais, há muito reconhecidos.

Entendeu o legislador português consagrar, em matéria da "nova" anulação administrativa (aquela em que é a Administração que determina a destruição dos efeitos de um ato que praticou, com fundamento na sua invalidade), que, "desde que ainda o possa fazer", a Administração tem o dever de, em certas circunstâncias, anular o ato administrativo que tenha sido julgado válido por sentença transitada em julgado.

A solução, por si, é estranha, na medida em que coloca imediatamente em confronto o princípio da separação de poderes e a garantia constitucional do caso julgado.

Mais estranha se torna a solução na medida em que tal dever de anulação é constituído com base na interpretação do Direito da União Europeia, invocando para o efeito uma nova interpretação desse direito por sentença posterior, transitada em julgado, que tenha dado execução a uma sentença de um tribunal da União Europeia, vinculativa para o Estado Português.

De acordo com esta norma, a Administração passa a ter o dever de anular o

ato administrativo sobre o qual existe um caso julgado anterior que o julgou válido, por força da superveniência de uma nova interpretação do Direito da União Europeia, proferida em sentença posterior transitada em julgado.

Não deve ser ignorado, naturalmente, o quadro das relações de direito comunitário que emergem para o Estado Português, enquanto membro da União Europeia.

Não parece defensável, no entanto, admitir que a Administração esteja obrigada a anular um ato administrativo julgado válido por sentença transitada em julgado, sendo que a referida anulação prevalecerá sobre uma sentença anterior de um tribunal administrativo já transitada em julgado.

De acordo com esta norma, a Administração passa a ter o dever de anular o ato administrativo sobre o qual existe um caso julgado anterior que o julgou válido

Se por um lado a solução legal constante do NCPA viola o princípio da separação de poderes e os princípios da segurança jurídica e da tutela da confiança, há uma clara e evidente violação da garantia de intangibilidade do caso julgado, tal como consagrada na Constituição da República Portuguesa. A norma que entrará em vigor no dia 7 de abril viola de forma manifestamente injustificada a garantia de respeito do caso julgado, ao conferir eficácia retroativa à sentença de um tribunal da União Europeia, obrigando a Administração a anular decisões já julgadas válidas por sentenças transitadas em julgado. Afeta-se, assim, definitivamente a intangibilidade do caso julgado.

Saliento que não deve ser colocada em causa a obrigação do Estado Português de cumprir e aplicar o Direito da União Europeia, nem sequer a questão do primado do Direito da União Europeia. Não é justificada, em todo o caso, nem do ponto de vista do Direito Constitucional Português nem sequer do ponto de vista do Direito Constitucional da União Europeia, uma solução que imponha a ablação da segurança jurídica e da tutela da confiança, pela consagração de uma norma que afeta de forma ostensiva o princípio da intangibilidade do caso julgado.

Se nem as próprias decisões judiciais que apliquem normas inconstitucionais são afetadas pela declaração de inconstitucionalidade com força obrigatória geral, por força, precisamente, do princípio da segurança jurídica e da garantia de respeito do caso julgado, não faz qualquer sentido admitir a anulação de um ato administrativo pela Administração, quando este já foi considerado válido por sentença anterior transitada em julgado, ainda que com fundamento em sentença de um tribunal da União Europeia, vinculativa para Portugal.

Não tenho dúvida de que a solução constante do NCPA em matéria da anulação de ato administrativo julgado válido por sentença transitada em julgado não tardará a ser alterada ou julgada inconstitucional.